



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



**Ao Presidente da**

Assembleia Municipal de Sintra

Dr. Domingos Linhares Quintas

Lisboa, 6 de abril de 2016

**Assunto:** Auditoria das contas da Câmara Municipal de Sintra e Serviços Municipalizados, relativos ao exercício de 2015.

Exmo. Senhor

Após a conclusão dos trabalhos efetuados, para os quais fomos nomeados por deliberação de 26/06/2015 dessa Assembleia Municipal, cumpre-nos remeter a V. Ex.<sup>a</sup> um exemplar da Certificação Legal de Contas e o Relatório de Fiscalização referentes às demonstrações financeiras individuais das entidades em referência, bem como, das demonstrações financeiras consolidadas da Câmara Municipal de Sintra relativos àquele exercício.

Com os melhores cumprimentos,

Amável Alberto Freixo Calhau  
Em representação de:  
"Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas".



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 753.576.990 euros e um total de fundos próprios de 622.928.221 euros, incluindo um resultado líquido de 27.460.841 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 147.463.011 euros de despesa paga e um total de 155.329.578 euros de receita cobrada, acrescidos de 30.980.460 euros de saldo de gerência anterior) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Câmara Municipal de Sintra, o resultado das suas operações, e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.





## ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



## OPINIÃO

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

## ÊNFASES

- 8 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, referimos que:

- 8.1 Na sequência do processo de internalização, aprovado pelo Executivo Camarário e pela Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Sintra, em Fevereiro de 2014, toda a atividade anteriormente desenvolvida pela Educa, nomeadamente, gestão de escolas, refeitórios, complexos desportivos e transportes escolares e a atividade de limpeza urbana, anteriormente desempenhada pela HPEM, no decorrer do 1º semestre daquele ano, passaram a ser parte integrante da atividade do Município, tendo como consequência um aumento significativo da sua atividade operacional. Assim, as demonstrações financeiras da CMS, relativas ao exercício anterior, refletem o incremento daquelas atividades apenas para uma parte do ano enquanto, neste exercício, correspondem à totalidade do período de relato. Acresce que, neste exercício, se procedeu à integração da atividade da Sintra Quorum. Por tal facto a comparação entre exercícios, dos montantes evidenciados nas demonstrações financeiras apresentadas, é prejudicada.



**8.2** No final do exercício de 2001, com vista a adoção a partir de 01 de Janeiro de 2002 do Decreto-lei 54-A/99 de 22 de Dezembro (POCAL), o Município procedeu à identificação e valorização dos seus activos e passivos elaborando o balanço inicial e apurando o património inicial. Nos termos do estipulado nos pontos 4.1.4 e 4.1.5 dos Critérios Valorimétricos do citado diploma, aos bens de domínio público não foi atribuído qualquer valor. Assim, os bens de domínio público, já existentes à data de 31 de Dezembro de 2001 e que não foram objeto de qualquer investimento ou grande reparação, não integram o património do Município;

**8.3** No decorrer dos anos têm sido detetadas, com alguma regularidade, situações decorrentes do património integrado no exercício de 2002, no balanço inicial da CMS, que, por motivos diversos, originaram correções a esse mesmo património. Assim, neste exercício, a CMS procedeu à análise da valorização do imobilizado que integrou o balanço inicial da CMS, no exercício de 2002, bem como à identificação e valorização das áreas cedidas ao Município, no âmbito das operações de loteamento e ainda não registadas no património da CMS.

Como consequência das análises efetuadas, a conta de imobilizado do Município foi reduzido em 65.491.191 euros, na sequência das correções ao balanço inicial e incrementado em 69.500.167 euros, montante correspondente à valorização das áreas cedidas ao Município, para domínio público, e ainda não registadas, relativas ao período de 2000 a 2015. O impacto conjunto destas regularizações consubstancia-se num aumento do imobilizado do Município e dos seus fundos próprios, no total de 4.008.976 euros.

Lisboa, 6 de abril de 2016

Amável Alberto Freixo Calhau  
Em representação de:  
"AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA & ASSOCIADOS  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "



## ***Câmara Municipal de Sintra***

### ***RELATÓRIO E PARECER***

### ***DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS***

***31 de Dezembro de 2015***



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

***CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA***

*Largo Dr. Virgílio Horta*

*2714-501 Sintra*

***AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA &  
ASSOCIADOS - SROC***

*Rua da Artilharia Um, nº 104, 4º Esq.*

*1099-053 Lisboa*



## ÂMBITO DO TRABALHO

Exmos. Senhores.

Por proposta do executivo da Câmara Municipal de Sintra (doravante “CMS”), e por aprovação da Assembleia Municipal datada de 18 de Junho de 2015, foi a Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados – SROC nomeada para a realização da auditoria às contas do Município de Sintra, relativas ao exercício de 2015.

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinámos as demonstrações financeiras da CMS, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 753.576.990 euros e um total de fundos próprios de 622.928.221 euros, incluindo um resultado líquido de 27.460.841 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 147.463.011 euros de despesa paga e um total de 155.329.578 euros de receita cobrada, acrescidos de 30.980.460 euros de saldo de gerência anterior) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### PROCEDIMENTOS

O nosso trabalho consistiu num exame aos registos contabilísticos e seus documentos de suporte, referentes ao período em análise. Foram aplicados os procedimentos de auditoria geralmente aceites de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a profundidade e extensão que se consideraram necessárias nas circunstâncias.

### ACESSO À INFORMAÇÃO

O nosso trabalho teve por base a informação contabilístico-financeira produzida pelo Município, bem como, toda a informação resultante das diversas reuniões tidas com os diversos serviços.



**FIABILIDADE DA  
INFORMAÇÃO**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e, com a exceção referida seguidamente, são comparáveis com as do exercício anterior.

De referir, no entanto, que o processo de internalização das atividades das empresas municipais em liquidação, aprovado pelo Executivo Camarário e pela Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Sintra, em Fevereiro de 2014 e concretizada no decorrer do primeiro semestre daquele ano, alterou de forma significativa as demonstrações financeiras da CMS pelo que a comparação entre exercícios é prejudicada.

**RESPONSABILIDADES**

É da responsabilidade do Executivo Camarário a preparação das Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e os resultados das suas operações, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

Em reunião de 5 de abril de 2016, o Executivo Camarário deliberou a aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2015 sobre os quais agora nos pronunciamos.

**NORMATIVO  
(POCAL)**

O Município elaborou as suas Demonstrações Financeiras com base no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos e de acordo com os princípios contabilísticos previstos no POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais.

**TRABALHO  
DESENVOLVIDO**

De entre um conjunto de procedimentos realizados salientamos os seguintes:

1. Acompanhámos a atividade da CMS, através de reuniões tidas com os responsáveis dos serviços, da leitura de atas e outros documentos relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;





2. Efetuámos as verificações e os exames aos livros e registos que nos permitiram concluir que as políticas e critérios contabilísticos adotados se encontram em conformidade com as disposições em vigor, as quais se encontram divulgadas no Anexo;
3. Verificámos a conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas e os respetivos Anexos, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e os registos que lhes servem de suporte;
4. Verificámos a concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras;
5. Acompanhamos o processo de internalização das empresas municipais em liquidação, conforme aprovado pelo Executivo Camarário e pela Assembleia Municipal de Sintra, em Fevereiro de 2014;
6. Em cumprimento da nossa missão efetuámos os testes substantivos que, em face das circunstâncias, julgámos adequados.

**LIMITAÇÕES DE  
ÂMBITO**

O trabalho desenvolvido não esteve sujeito a qualquer restrição e / ou limitação de âmbito.



## SÍNTESE DE AUDITORIA

### 1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### BALANÇO

Balço					
Activo	31-12-2014	31-12-2015	Fundos Prprios e Passivo	31-12-2014	31-12-2015
Imobilizado Incorporeo	1.431.899	1.670.912	<b>Fundos Prprios</b>		
Imobilizado Corporeo	475.276.443	404.764.054	Patrimnio	319.909.499	251.226.433
Bens de Domnio Pblico	263.763.421	341.106.579	Reservas de Reavaliacao	0	0
Imobilizado em Curso	15.742.655	5.629.478	Reservas Legais	8.753.923	9.978.231
Amortizacoes Acumuladas	(152.540.832)	(164.508.525)	Doacoes	34.524.409	34.870.409
Imobilizado Financeiro	81.936.813	95.353.752	Integracao Patrimnio Cacem Polis	16.656.799	16.656.799
Provisoes Investimento Financeiro	(2.072.045)	(5.000)	Internalizacao Empresas Municipais	26.716.420	25.775.631
Existencias	992.348	994.945	Cedencias	0	69.673.317
Dvidas de Terceiros	3.542.865	2.810.094	Resultados Transitados	160.639.243	187.286.560
Depositos em Insntituicoes Bancarias	52.138.612	59.029.852	Resultado Liquido	24.486.151	27.460.842
Acrscimos e Diferimentos Activos	9.156.231	6.730.849	<b>Total Fundos Prprios</b>	<b>591.686.444</b>	<b>622.928.222</b>
			<b>Passivo</b>		
			Provisoes para Riscos e Encargos	17.102.723	21.222.930
			<b>Dvidas a terceiros - Mdio e longo prazo:</b>		
			Empresimos a Mdio e Longo Prazo	58.958.976	26.949.892
			Outros Credores Mdio e Longo Prazo	925.603	5.723.333
			<b>Dvidas a terceiros - Curto Prazo:</b>		
			Dvidas a Terceiros de Curto Prazo	17.567.392	13.735.375
			Acrscimos e Diferimentos Passivos	63.127.274	63.017.238
			<b>Total Passivo</b>	<b>157.681.967</b>	<b>130.648.768</b>
<b>Total Activo</b>	<b>749.368.411</b>	<b>753.576.990</b>	<b>Total Fundos Prprios e Passivo</b>	<b>749.368.411</b>	<b>753.576.990</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS**

Descrição	31-12-2014	31-12-2015	Descrição	31-12-2014	31-12-2015
<b>Custos e Perdas</b>			<b>Proveitos e Ganhos</b>		
CMVMC	925.305	1.114.147	Vendas e Prestação de Serviços	3.689.986	4.800.621
Subcontratos	1.431.794	727.753	Impostos e Taxas	86.079.732	91.001.086
Fornecimentos e Serviços Externos	31.547.442	36.091.981	Variação de Produção	0	0
Variação de Produção	0	0	Trabalhos para a própria entidade	58.091	188.439
Custos com Pessoal	45.566.955	47.552.489	Proveitos Suplementares	0	0
Transferências e Subsídios Correntes	15.747.991	15.625.861	Transferências e Subsídios Obidos	47.413.123	46.810.124
Amortizações do Exercício	15.646.397	15.676.874	Transferências e Subsídios Correntes	0	0
Provisões do Exercício	7.258.692	6.586.714	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	222.550	105.708
Outros Custos e Perdas Operacionais	431.636	497.132			
<b>Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>118.556.212</b>	<b>123.872.951</b>	<b>Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>137.463.482</b>	<b>142.905.978</b>
<b>Custos e Perdas Financeiros</b>	<b>2.557.065</b>	<b>1.277.202</b>	<b>Proveitos e Ganhos Financeiros</b>	<b>6.484.589</b>	<b>6.601.620</b>
<b>Custos e Perdas Correntes</b>	<b>121.113.277</b>	<b>125.150.153</b>	<b>Proveitos e Ganhos Correntes</b>	<b>143.948.072</b>	<b>149.507.598</b>
<b>Custos e Perdas Extraordinários</b>	<b>3.358.140</b>	<b>3.041.901</b>	<b>Proveitos e Ganhos Extraordinários</b>	<b>5.009.496</b>	<b>6.145.298</b>
<b>Custos e Perdas do Exercício</b>	<b>124.471.417</b>	<b>128.192.054</b>	<b>Proveitos Totais</b>	<b>148.957.568</b>	<b>155.652.896</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>18.907.270</b>	<b>19.033.027</b>			
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>3.927.524</b>	<b>5.324.418</b>			
<b>Resultados Correntes</b>	<b>22.834.795</b>	<b>24.357.445</b>			
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>24.486.151</b>	<b>27.460.842</b>			



## **2. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

### **2.1. Enquadramento da entidade**

O Concelho de Sintra ocupa uma extensão de 317 Km<sup>2</sup> e, segundo o Censos 2011, onde residem 377 835 pessoas, sendo o segundo concelho mais populoso do país.

No quadro nacional o concelho de Sintra equivale a 4 % da população nacional e 13% da área metropolitana de Lisboa.

A grande diversidade paisagística do Município de Sintra, não impede que o concelho seja densamente povoado (1184 habitantes /km<sup>2</sup>).

A Câmara Municipal de Sintra é o órgão executivo do município e tem por missão definir e executar políticas que promovam o desenvolvimento do concelho em diferentes áreas.

A Câmara Municipal de Sintra é composta por 11 autarcas eleitos, o presidente e dez vereadores

Entre outras, nos termos da lei, compete à Câmara Municipal:

- Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;
- Apoiar ou comparticipar no apoio à ação social escolar e às atividades complementares no âmbito de projetos educativos, nos termos da lei;
- Organizar e gerir os transportes escolares;
- Deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou outros, a instituições legalmente constituídas tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas do município;
- Deliberar sobre a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, visando a concessão de benefícios sociais;



- Aprovar os projetos, programas de concurso, caderno de encargos e a adjudicação relativamente a obras e aquisições de bens e serviços;
- Deliberar sobre a administração de águas públicas sob sua jurisdição;
- Promover a publicação de documentos, anais ou boletins que interessem à história do município;
- Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos; e
- Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas do município.

A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do município. Acompanha e fiscaliza a atividade da Câmara Municipal. Em cada sessão, a Assembleia Municipal, aprecia a informação que é prestada pelo Presidente da Câmara sobre a atividade desenvolvida e situação financeira

A Assembleia Municipal tem cinco sessões ordinárias anuais, nos meses de fevereiro, abril, junho, setembro e novembro.

As principais competências da Assembleia Municipal são:

- Acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal;
- Solicitar e receber informações sobre assuntos de interesse para a Autarquia;
- Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com os interesses da autarquia no âmbito das suas atribuições;
- Tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse da Autarquia;
- Pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução dos interesses próprios da autarquia.

Sob proposta ou pedido de autorização da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal pode ainda:

- Aprovar posturas e regulamentos;
- Aprovar o plano de atividades e o orçamento, bem como as suas revisões;
- Aprovar anualmente o relatório de atividades, o balanço e a conta de gerência;
- Aprovar medidas preventivas, normas provisórias, áreas de desenvolvimento urbano prioritário e planos municipais de ordenamento do território;



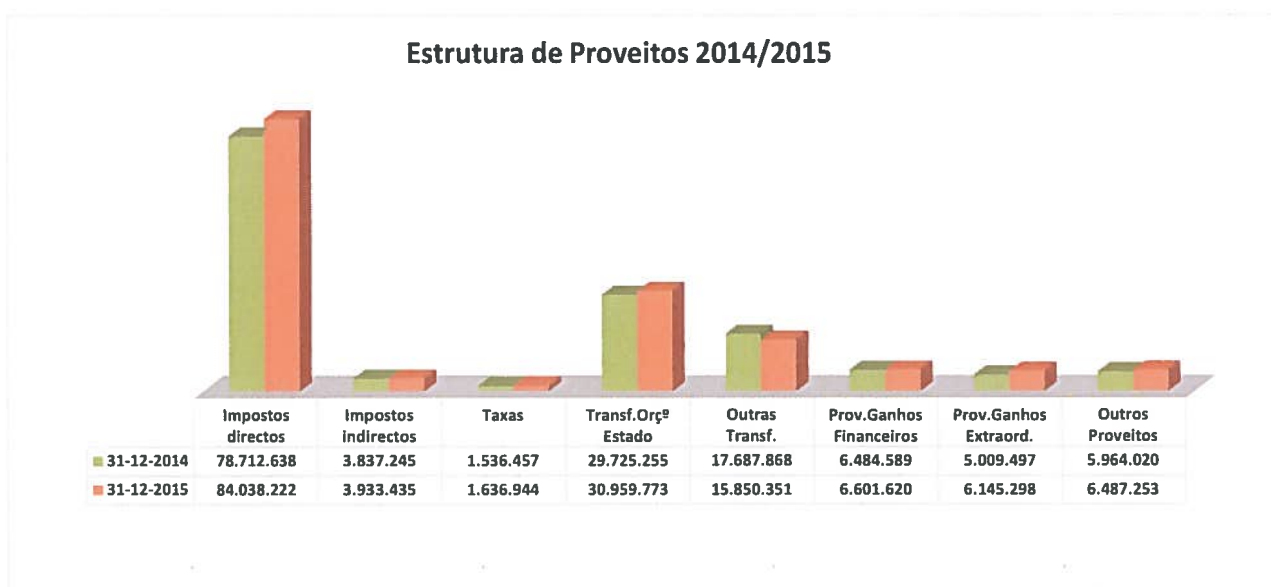
- Aprovar empréstimos, nos termos da lei;
- Aprovar os quadros de pessoal dos diferentes serviços do município e fixar nos termos da lei, o regime jurídico e a remuneração dos seus funcionários;
- Autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior ao imposto pela lei;
- Estabelecer taxas municipais e fixar os respetivos quantitativos;
- Deliberar quanto à criação de derramas destinadas à obtenção de fundos para a execução de melhoramentos urgentes;
- Autorizar, quando se presuma que disso resulte benefício para o interesse comum, a prática, por parte das Juntas de Freguesia, de atos da competência da Câmara Municipal.

## **2.2. Quadro de Pessoal do Município**

O Município, no final do exercício de 2015, dispunha de 2.926 trabalhadores o que representa um aumento de 1,9% relativamente ao final do exercício anterior. Neste exercício, na sequência do processo de internalização da Sintra Quorum, integraram os quadros do Município mais 31 funcionários.

### 2.3. Estrutura de Proveitos a 31 de Dezembro de 2015

Unidade: Euro



À data de 31 de Dezembro de 2015, o total dos proveitos do Município ascende a 155.652.896 euros, o que, relativamente ao período homólogo representa uma diminuição de 4,5%.

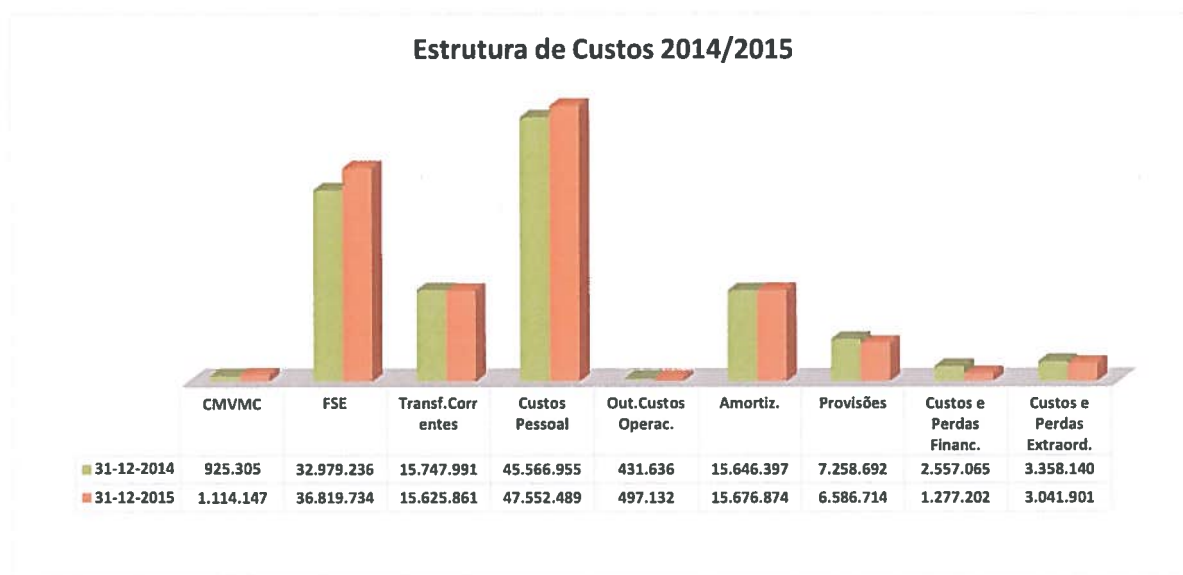
Conforme se pode verificar no quadro supra, os Impostos e as transferências representam 86% do total dos proveitos e, relativamente ao ano anterior, evidenciam um aumento de 3,6%.

Conforme referido no ponto 2.5 do presente relatório, a comparação entre períodos homólogos é prejudicada pela internalização da atividade das empresas municipais, que aconteceu no decorrer do 1º semestre de 2014.



## 2.4. Estrutura de Custos a 31 de Dezembro de 2015

Unidade: Euro



À data de 31 de Dezembro de 2015, o total dos custos do Município ascende a 128.192.054 euros, o que representa um aumento de 3%, relativamente ao exercício anterior.

Conforme se pode verificar no quadro supra, os fornecimentos, os custos com o pessoal e as Transferências Correntes, representam 78% do total dos custos e, relativamente ao período homólogo, apresentam um aumento de 6%. Conforme referido no ponto 2.5 do presente relatório, a comparação entre períodos homólogos é prejudicada pela internalização da atividade das empresas municipais, no decorrer do 1º semestre de 2014.



## **2.5. Internalização das empresas Municipais**

Em reunião de Câmara de 21 de Fevereiro de 2014, foi aprovado a dissolução e liquidação das empresas municipais Educa, e HPEM bem como o “Plano de Internalização” de todas as atividades desenvolvidas por estas empresas. Neste contexto, foram mandatados os respetivos Conselhos de Administração para deliberar a dissolução e dar início ao processo de liquidação, indicando a respetiva comissão liquidatária, o que ocorreu em 2014.

No essencial, no decorrer do 1º semestre de 2014, a atividade anteriormente desenvolvida pela Educa, nomeadamente, gestão de escolas, refeitórios, complexos desportivos e transportes escolares e a atividade de limpeza urbana, anteriormente desempenhada pela HPEM, passaram a integrar a atividade do Município.

Relativamente à Sintra Quorum, foi deliberada a sua dissolução tendo sido nomeada a respetiva comissão liquidatária. A internalização da atividade desta entidade, verificou-se no 1º semestre de 2015, relativamente ao CCOC – Centro Cultural Olga Cadaval e em Outubro de 2015, no que concerne à Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra.

Uma vez que a integração mencionada ocorreu em datas diversas e não no início do exercício, as demonstrações financeiras de 2014, não incorporam o impacto daquelas atividades para a totalidade do ano, prejudicando assim a comparação com as demonstrações financeiras agora apresentadas, que refletem o impacto das atividades integradas para a totalidade do período de relato.

Tal como no exercício anterior, todas as operações realizadas entre a CMS e as empresas municipais foram objeto de registo, em fundos próprios, como resultado de internalização. Por forma a evidenciar, nas demonstrações financeiras, o resultado global expectável da internalização, foi ajustado o valor do investimento ao montante dos capitais próprios da participada à data de 31 de Dezembro de 2015, e, quando negativos, constituída uma provisão para riscos e encargos, do mesmo montante.

Como consequência, o resultado líquido destas empresas apurado no exercício de 2015 é refletido, nas contas do Município, na rubrica de fundos próprios - resultados de internalização.



No exercício anterior, no âmbito do processo de internalização, foi objeto de transferência da EDUCA e HPEM imobilizado móvel, cujo valor líquido ascende a 2.084.405 euros. Este imobilizado não foi amortizado no exercício de 2014 e 2015 pois está em curso a sua inventariação.

O processo de liquidação da HPEM, EDUCA e Sintra Quorum ainda não está concluído, tendo sido solicitado, e aprovado pelo executivo camarário a prorrogação da liquidação pelo prazo máximo de um ano.



### 3. SÚMULA DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

#### 3.1. ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS

##### ESTRUTURA DO ATIVO

À data de 31 de Dezembro de 2015, o total do ativo da CMS ascendia a 753.576.990 euros, apresentando a seguinte estrutura:

Activo	31-12-2014	31-12-2015	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Imobilizado	683.538.355	684.011.251	472.895	0,1%	90,8%
Existências	992.348	994.945	2.597	0,3%	0,1%
Dívidas de Terceiros	3.542.865	2.810.094	(732.771)	(20,7%)	0,4%
Depósitos em Instituições Bancárias	52.138.612	59.029.852	6.891.239	13,2%	7,8%
Acréscimos e Diferimentos Activos	9.156.231	6.730.849	(2.425.382)	(26,5%)	0,9%
<b>Total Activo</b>	<b>749.368.411</b>	<b>753.576.990</b>			

À data de 31 de Dezembro de 2015, o imobilizado líquido representava 91% do ativo da CMS o que compara com 92% registados no exercício anterior.

As Dívidas de Terceiros representam apenas 0,4% do total do ativo à data de 31 de Dezembro de 2015 e os depósitos em instituições bancárias representam 7,8%.

##### IMOBILIZADO

No quadro seguinte, evidenciamos as principais variações, ocorridas no exercício de 2015, nas rubricas de imobilizado e amortizações:



Imobilizado	31-12-2014	Variação			31-12-2015
		Aumentos	Transf.	Abat / Alien / Reg	
Imobilizado incorpóreo	1.431.899	0	239.013	0	1.670.912
Imobilizado corpóreo - Domínio Privado	475.276.443	2.242.854	(5.316.872)	(67.438.371)	404.764.054
Imobilizado Corpóreo - Domínio Público	263.763.421	70.157.468	7.185.690	0	341.106.579
Imobilizado em Curso:	15.742.655	2.871.213	(12.911.182)	(73.209)	5.629.478
Incorpóreo	533.027	48.476	(373.943)	0	207.560
Corpóreo	5.401.128	813.590	(5.360.760)	(4.200)	849.758
Bens Domínio Público	6.109.475	2.009.147	(6.488.649)	(69.009)	1.560.964
Depósitos à guarda do Tribunal - Expropriações	3.699.025	0	(687.830)	0	3.011.195
Investimentos em Imóveis	73.074.632	124.000	10.803.351	(3.213.300)	80.788.683
Amortizações Acumuladas	(152.540.832)	(16.440.149)	0	4.472.457	(164.508.525)
<b>Sub-total</b>	<b>676.748.218</b>	<b>58.955.385</b>	<b>0</b>	<b>(66.252.423)</b>	<b>669.451.181</b>

Imobilizado	31-12-2014	Aumentos	Variação		31-12-2015
			Utilizações	Reduções	
Partes de Capital	8.862.181	0	0	(2.125.133)	6.737.048
FAM - Fundo Apoio Municipal	0	7.828.021	0	0	7.828.021
Provisão Para Investimentos Financeiros	(2.072.045)	0	0	2.067.045	(5.000)
<b>Sub-total</b>	<b>6.790.137</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-58.088</b>	<b>14.560.070</b>
<b>Total Imobilizado</b>	<b>683.538.355</b>	<b>58.955.385</b>	<b>0</b>	<b>(66.310.511)</b>	<b>684.011.251</b>

No exercício de 2015, a CMS registou aumentos de imobilizado corpóreo, de domínio privado e domínio público de, respetivamente, 2.242.854 euros e 70.157.468 euros. Os aumentos de imobilizado em curso ascenderam a 2.871.213 euros.

A CMS concluiu obras no montante de 12.911.182 euros, tendo procedido à respetiva transferência para imobilizado definitivo.

A CMS regista na conta de conta de Imobilizado em Curso – Bens de Domínio Público o montante de 3.011.195 euros de depósitos efetuados à guarda do Tribunal, referentes a processos de expropriação ainda em curso. Neste exercício, na sequência da conclusão de um dos processos em causa, foram transferidos, para imobilizado definitivo, adiantamentos no montante de 687.830 euros.

No final do ano, para além dos depósitos à guarda do tribunal, referidos anteriormente, a CMS regista ainda em imobilizado em curso o total de 2.618.283 euros.



Neste ano a CMS procedeu a transferência de imobilizado corpóreo e de domínio público para investimentos financeiros, no montante de 11.330.150 euros, correspondente a imóveis que foram cedidos a terceiros, através de documento reduzido a escrito (protocolo, contrato de arrendamento, cedência ou outro), independentemente do valor inerente ao referido contrato.

Por escritura pública de Março de 2015, a CMS procedeu à alienação da Quinta da Amizade, à empresa Parques de Sintra Monte da Lua (onde o Município detém 15% ), pelo montante de 1.160.000 euros, o que originou uma mais valia, devidamente registada como proveito extraordinário, do montante de 259.519 euros.

No decorrer dos anos têm sido detetadas, com alguma regularidade, situações decorrentes do património integrado no exercício de 2002, no balanço inicial da CMS, que, por motivos diversos, originaram correções a esse mesmo património.

Assim, neste exercício, a CMS procedeu-se à análise da valorização do imobilizado que integrou o balanço inicial da CMS, bem como à identificação e valorização das áreas cedidas ao Município, no âmbito das operações de loteamento, desde o exercício de 2000 a 2015.

Como consequência das análises efetuadas, a conta de imobilizado do Município foi reduzido em 65.491.191 euros, na sequência das correções ao balanço inicial e incrementado em 69.500.167 euros, montante correspondente à valorização das áreas cedidas ao Município, para domínio público, e ainda não registadas, relativas ao período de 2000 a 2015. O impacto conjunto destas regularizações consubstancia-se num aumento do imobilizado do Município e dos seus fundos próprios, no total de 4.008.976 euros.





A CMS registou ainda, na conta de cedências, um edifício de apoio a um pavilhão polidesportivo e um parque infantil, cedidos na sequência de alvarás de loteamento anteriores a 2000, no total de 173.150 euros.

Conforme já referido no presente relatório, por forma a evidenciar, nas demonstrações financeiras, o resultado global expectável da internalização, foi ajustado o valor do investimento ao montante dos capitais próprios da participada à data de 31 de Dezembro de 2015, e, quando negativos, constituída uma provisão para riscos e encargos, do mesmo montante.

No final do exercício, todas as empresas objeto de internalização apresentam capitais próprios negativos, pelo que o montante registado na conta de investimentos é nulo. Neste exercício, procedeu à anulação de investimentos inerentes a estas participadas, no total de 58.090 euros e à diminuição das provisões para riscos e encargos no total de 12.354 euros. Estes movimentos foram efetuados na conta da internalização.

Por deliberação do executivo camarário neste exercício, foram efetuadas transferências para as empresas municipais, a título de cobertura de prejuízos e para fazer face a despesas correntes, no total de 1.039.667 euros. Tal como já referido no presente relatório esta cobertura de prejuízos foi registada, na rubrica de fundos próprios, como resultado da internalização.

Aquando do encerramento das contas deste exercício, a CMS não dispunha das demonstrações financeiras, referentes a 31 de Dezembro de 2015, de todas as empresas participadas. No n.º 8.2.16 das “Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados” estão identificadas as demonstrações financeiras que serviram de base quer à valorização dos Investimentos Financeiros quer à constituição da Provisão para Riscos e Encargos.



## Decomposição das dívidas de terceiros:

Dívidas de Terceiros	31-12-2014	31-12-2015	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Cientes Conta Corrente	106.445	106.140	(305)	(0,3%)	3,8%
Contribuintes Conta Corrente	198.276	117.813	(80.463)	(40,6%)	4,2%
Utentes Conta Corrente	379.215	463.839	84.624	22,3%	16,5%
Cientes de Cobrança Duvidosa	7.720.050	7.503.480	(216.570)	(2,8%)	267,0%
Dívidas de Habitação Social	1.544.315	1.779.450	235.135	0,0%	63,3%
Provisão para Cientes de Cobrança Duvidosa	(9.088.965)	(9.148.485)	(59.521)	0,7%	(325,6%)
Estado e Outros Entes Públicos	4.069	3.850	(219)	(5,4%)	0,1%
Outros Devedores	2.679.461	1.984.008	(695.453)	(26,0%)	70,6%
Credores por Execução Orçamento	0	0	0	0,0%	0,0%
<b>Total Dívidas de Terceiros</b>	<b>3.542.865</b>	<b>2.810.094</b>			

### DÍVIDAS DE TERCEIROS

No final do exercício, as dívidas de cobrança duvidosa e as respetivas provisões ascendem a 9.282.931 euros e 9.148.485 euros, respetivamente. Neste exercício, a CMS contabilizou reforços destas provisões no total de 903.033 euros e reduções de 459.076 euros.

As dívidas relativas a rendas da Habitação Social evidenciadas nas demonstrações financeiras da CMS ascendem a 5.134.929 euros.

A dívida evidenciada no programa de tratamento de rendas ascende a 2.045.149 euros, verificando-se assim uma divergência, em relação aos registos contabilísticos, de 3.089.780 euros. Contudo, esta divergência está provisionada a 100%.

No final de 2015, a CMS regista, em contas a receber, o montante de 1.350.362 euros, correspondente, no essencial, à renda debitada à EDP, referente ao último trimestre deste ano, nos termos do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em BT.

No final do exercício de 2012, os SMAS de Sintra e a Educa celebraram um Acordo de Pagamento para regularização das dívidas vencidas, até 31 de Dezembro de 2012. Nos termos deste acordo a dívida seria paga em 50 prestações mensais, com início em Janeiro de 2013.

No âmbito da internalização das empresas municipais, no exercício anterior, procedeu-se á elaboração do contrato de cessão de posição contratual, nos termos do qual a Educa cede à CMS e esta aceita a posição contratual daquela, assumindo a CMS, a partir da data da cessão, todos os direitos e obrigações decorrentes do referido contrato.

No final do ano, a CMS regista, em contas a pagar o montante de 925.603 euros, sendo que, face ao seu grau de exigibilidade, 131.889 euros foram adequadamente classificado como dívida de médio e longo prazo.

#### Decomposição de Depósitos em Instituições Financeiras:

Depósitos em Instituições Financeiras	31-12-2014	31-12-2015	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Depósitos à Ordem	52.136.502	59.027.602	6.891.099	13,2%	100,0%
Caixa	2.110	2.250	140	6,6%	0,0%
<b>Total Dep. em Inst. Financeiras</b>	<b>52.138.612</b>	<b>59.029.852</b>			

A CMS evidencia na rubrica de disponibilidades o montante de 59.027.602 euros.

No final do ano, o montante de depósitos a prazo, incluídos nesta rubrica, ascende a 55.000.000 euros. A CMS registou proveitos inerentes a estas aplicações de 645.318 euros, tendo procedido adequadamente à sua especialização.

A análise das reconciliações bancárias permite-nos concluir que os valores em aberto, regra geral de montantes pouco significativos, foram devidamente regularizados no início de 2016.

#### DISPONIBILIDA DES

## ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ACTIVOS

### Decomposição dos Acréscimos e Diferimentos Ativos:

Acréscimos e Diferimentos Activos	31-12-2014	31-12-2015	Variação Valor	%	Estrutura
Acréscimos de Proveitos	9.150.976	6.687.538	-2.463.438	(26,9%)	99,4%
Custos Diferidos	5.255	43.311	38.056	724,2%	0,6%
<b>Total Acréscimos e Diferimentos Activos</b>	<b>9.156.231</b>	<b>6.730.849</b>			

No final de 2015, o saldo da conta de Acréscimos de Proveitos, corresponde essencialmente à especialização de Impostos referentes ao mês de Dezembro de 2015, no montante de 3.394.304 euros e de comparticipações da DRELVT – Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo e do Ministério da Educação, no total de 2.523.332 de euros.

## FUNDOS PRÓPRIOS

Fundos Próprios	31-12-2014	31-12-2015	Variação Valor	%	Estrutura
Património	319.909.499	251.226.433	-68.683.066	(21,5%)	40,3%
Reservas Legais	8.753.923	9.978.231	1.224.308	14,0%	1,6%
Doações	34.524.409	34.870.409	346.000	1,0%	5,6%
Integração Património Cacém Polis	16.656.799	16.656.799	0	0,0%	2,7%
Internalização empresas municipais	26.716.420	25.775.631	-940.789	(3,5%)	4,1%
Cedências	0	69.673.317	69.673.317	-	11,2%
Resultados Translados	160.639.243	187.286.560	26.647.317	16,6%	30,1%
Resultado Líquido	24.486.151	27.460.842			
<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>591.686.444</b>	<b>622.928.222</b>			

No final de 2015, o total global dos Fundos Próprios, ascende a 622.928.222 euros, o que representa um aumento de 31.241.778 euros em relação ao final do exercício anterior.

No final do exercício de 2014, o montante registado em fundos próprios, como resultado positivo da internalização, ascendeu a 26.716.430 euros.



No final deste exercício o montante registado como resultado da internalização ascende a 25.775.631 euros, sendo que a variação ocorrida corresponde, no essencial, ao resultado líquido negativo apurado, em 2015, pelas participadas integradas.

A variação negativa verificada na rubrica Património, bem como a positiva verificada na rubrica Cedências, é proveniente das situações referidas no ponto relativo ao Imobilizado deste relatório.

Neste exercício, a CMS procedeu à transferência de 23.261.844 euros para a rubrica de Resultados Transitados e 1.224.308 euros para Reservas Legais, dando cumprimento à proposta de aplicação de resultados, constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2014, aprovada em Assembleia Municipal de 14 de Abril de 2015.

À data de 31 de Dezembro de 2015, o total do passivo da CMS ascendia a 130.648.768 euros, apresentando a seguinte estrutura:

Passivo	31-12-2014	31-12-2015	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Provisões para Riscos e Encargos	17.102.723	21.222.930	4.120.207	24,1%	16,2%
Passivo de Médio e Longo Prazo	59.884.579	32.673.225	(27.211.354)	(45,4%)	25,0%
Dívidas a Terceiros	17.567.392	13.735.375	(3.832.017)	(21,8%)	10,5%
Acréscimos e Diferimentos Passivos	63.127.274	63.017.238	(110.036)	(0,2%)	48,2%
<b>Total Passivo</b>	<b>157.681.967</b>	<b>130.648.768</b>			

#### ESTRUTURA DO PASSIVO

Os empréstimos a médio e longo prazo representavam 25,0% do passivo da CMS o que compara com 37,9% registados no final do exercício anterior.

As Dívidas a Terceiros representam 10,5% do total do passivo à data de 31 de Dezembro de 2015 percentagem similar ao do período homólogo.

As provisões para riscos e encargos representam 16,2% do passivo.



**PROVISÕES  
PARA RISCOS E  
ENCARGOS**

Provisões para Riscos e Encargos	31-12-2014	Variação do Exercício			31-12-2015
		Aumentos	Reduções	Utilizações	
Cacem Polis	680.327	0	0	0	680.327
Provisões Proc. Judiciais	13.829.449	5.683.681	(1.445.584)	(135.213)	17.932.333
Participadas	2.274.626	495.767	(508.119)	0	2.262.274
Outros	318.321	73.213	0	(43.538)	347.996
<b>Total Provisões para Riscos e Encargos</b>	<b>17.102.723</b>	<b>6.252.661</b>	<b>-1.953.703</b>	<b>-178.751</b>	<b>21.222.930</b>

Conforme já referido no presente relatório, e mantendo o critério definido no exercício anterior, todas as movimentações de provisões inerentes às participadas em processo de dissolução/liquidação, nomeadamente EDUCA, HPEM e Sintra Quorum, foram efetuados por contrapartida da conta de internalização, em fundos próprios. Desta forma o resultado líquido destas empresas é refletido nas contas do Município na rubrica de fundos próprios, sendo, no essencial, a razão que justifica a variação nas provisões para riscos e encargos. Neste exercício, contabilizaram-se reforços e anulações, inerentes a estas participadas, de, respetivamente, 495.766 euros e 508.120 euros.

O montante das provisões para riscos e encargos inerentes a estas participadas ascende a 2.262.274 euros, montante correspondente aos seus capitais próprios negativos no final deste exercício.

Tendo por base o critério definido no ponto 8.2.3 do ABDR e a informação facultada pelo departamento jurídico, no final do exercício anterior, o montante das provisões para riscos e encargos inerente a processos judiciais em curso ascendia a 18.612.660 euros. Neste exercício, a CMS procedeu a utilizações, reforços e anulações destas provisões nos montantes de, respetivamente, 135.213 euros, 5.683.681 euros e 1.445.584 euros.

**DÍVIDAS A  
TERCEIROS**

Decomposição das Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo:



Passivo M/L Prazo	31-12-2014	31-12-2015	Variação	
			Valor	%
Empréstimos Bancários	58.958.976	26.949.892	(32.009.085)	(54,3%)
Outros Credores M/L Prazo	925.603	5.723.333	4.797.730	518,3%
<b>Total Passivo M/L Prazo</b>	<b>59.884.579</b>	<b>32.673.225</b>		

No final do ano, o capital em dívida relativo a empréstimos bancários ascende a 33.276.746 euros. Tendo em conta o seu prazo de exigibilidade, 26.949.892 euros correspondem a dívida de médio e longo prazo e 6.326.855 euros a dívida de curto prazo.

A diminuição muito significativa do endividamento bancário, cerca de 51% relativamente ao final do exercício anterior, deve-se, no essencial, à amortização extraordinária e integral do financiamento da extinta Cacém Polis, no montante de cerca de 28 milhões de euros.

O montante de encargos financeiros registados no ano ascende a 677.508 euros, incluindo a especialização efetuada, no montante de 60.382 euros.

Neste exercício, nos termos da Lei 53/2014, de 25 de Agosto, que aprova o regime jurídico de recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, o Município de Sintra registou, como ativo, na rubrica de investimento financeiros e, simultaneamente, como responsabilidade, na rubrica de credores diversos, o montante de 7.828.021 euros, correspondente à contribuição do Município de Sintra para o FAM – Fundo de Apoio Municipal, que deverá ser pago no decorrer dos próximos 7 anos.

Como consequência do indeferimento do pedido de providência cautelar intentada pelo Município, este procedeu ao pagamento da 1ª prestação da contribuição para o FAM, vencida em Junho de 2015, no total de 559.144 euros.

Até 31 de Dezembro de 2015, o Município ainda não tinha procedido ao pagamento da 2ª prestação da contribuição para o FAM, de igual montante, vencida em Dezembro de 2015.

Assim, no final do ano, face ao plano de pagamentos previamente estabelecido para o FAM, a CMS regista responsabilidades de médio e longo prazo no total de 5.591.445 euros e de curto prazo no montante de 1.677.433 euros.

Conforme já referido no presente relatório a CMS registou em dívida de médio e longo prazo, o montante de 131.889 euros, a pagar aos SMAS de Sintra, nos termos do contrato de cessão de posição contratual celebrado entre a Educa, os SMAS e a CMS.

O quadro seguinte apresenta a decomposição das Dívidas a Terceiros de Curto Prazo:

Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	31-12-2014	31-12-2015	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Empréstimos de Curto Prazo	8.869.772	6.326.855	(2.542.917)	(28,7%)	46,1%
Fornecedores Conta Corrente	2.754.728	1.259.953	(1.494.775)	(54,3%)	9,2%
Fornecedores recepção e conferência	218.702	133.694	(85.008)	(38,9%)	1,0%
Estado e Outros Entes Públicos	1.300.984	1.419.089	118.105	9,1%	10,3%
Credores por Execução Orçamento	0	0	0	0,0%	0,0%
Administração Autárquica	821.207	793.713	(27.494)	(3,3%)	5,8%
Outros Credores	2.732.458	3.317.689	585.231	21,4%	24,2%
Retenções por Fornecimentos de Imobilizado	869.541	484.382	(385.158)	(44,3%)	3,5%
<b>Total Dívidas a Terceiros de Curto Prazo</b>	<b>17.567.392</b>	<b>13.735.375</b>			

Comparativamente a Dezembro de 2014, as Dívidas a terceiros de curto prazo apresentam uma diminuição de 22%.





Esta variação resulta, no essencial, da redução das dívidas a fornecedores e dos empréstimos de curto prazo e, em sentido inverso, pelo aumento das responsabilidades decorrentes do FAM – Fundo de Apoio Municipal, conforme referido no ponto anterior.

No que se refere à conta Estado e Outros Entes Públicos podemos verificar a existência de divergências entre o saldo da conta e os respetivos processamentos, que, embora os montantes relativamente reduzidos para o Município, face à sua antiguidade, devem ser objeto de análise e regularização. Esta situação está a ser objeto de análise e deverá estar concluída em 2016.

No final do ano, a CMS regista em Retenção a Fornecedores, para garantias, o total de 484.382 euros. Da comparação entre os registos contabilísticos e o mapa de decomposição das retenções por obra/empreiteiro verifica-se uma divergência imaterial de 19.839 euros.

De referir que a CMS regista ainda, retenções a fornecedores, a título de garantias, no total de 195.565 euros, anteriores ao exercício de 2002, que devem ser objeto de análise e regularização.

Nos termos do CPP – Código dos Contratos Públicos, feita a receção definitiva da obra, deverão ser restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia. De referir ainda que, nos termos do mesmo código, a demora na restituição da quantia retida dá ao empreiteiro o direito de exigir juros.

A CMS regista ainda retenções, a título de “caução de resíduos sólidos”, o montante de 1.135.881 euros. Recomenda-se a adoção de procedimentos que permitam a identificação destas cauções por obra.

**ACRÉSCIMOS E  
DIFERIMENTOS  
PASSIVOS**

A CMS regista ainda, em contas de ordem, garantias bancárias prestadas por terceiros no montante de 5.748.956 euros.

No final do exercício anterior, a CMS registava em credores diversos, o montante de 331.246 euros, relativos a operações de tesouraria, sem movimento desde o exercício de 2003, que, face à sua antiguidade, neste exercício foram objeto de regularização como proveito extraordinário.

**Decomposição dos Acréscimos e Diferimentos Passivos:**

Acréscimos e Diferimentos Passivos	31-12-2014	31-12-2015	Variação		Estrutura
			Valor	%	
Acréscimos de Custos	7.777.450	8.608.654	831.204	10,7%	13,7%
Proveitos Diferidos	55.349.824	54.408.585	-941.239	(1,7%)	86,3%
<b>Total Acréscimos e Diferimentos Passivos</b>	<b>63.127.274</b>	<b>63.017.238</b>			

A CMS registou adequadamente em acréscimos de custos a Estimativa de Férias e Subsídios de Férias, no montante de 6.092.513 euros.

A CMS regista ainda na rubrica de outros acréscimos de custos o total de 2.516.141 euros, correspondente, essencialmente, à especialização de um vasto conjunto de custos, nomeadamente contratos programa, protocolos, tratamento de resíduos entre outros.

No final do ano, o montante de Proveitos Diferidos associados a subsídios ao investimento, ascende a 52.425.953 euros. Neste exercício, a CMS transferiu para proveitos extraordinários 2.396.191 euros.

## RESULTADOS OPERACIONAIS

### 1. Proveitos e Ganhos Operacionais

Proveitos e Ganhos Operacionais	31-12-2014	31-12-2015	Variação Valor	%	Estrutura
Vendas de Mercadorias	386.062	444.039	57.977	15,0%	0,3%
Prestação de Serviços	2.336.443	3.481.578	1.145.135	49,0%	2,4%
Rendas	967.481	875.004	(92.477)	100,0%	0,6%
Impostos e Taxas	86.079.732	91.001.086	4.921.354	5,7%	63,7%
Trabalhos para a Própria Entidade	58.091	188.439	130.348	0,0%	0,1%
Proveitos Suplementares	0	0	0	0,0%	0,0%
Transferências e Subsídios Obtidos	47.413.123	46.810.124	(602.999)	(1,3%)	32,8%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	222.550	105.708	(116.842)	(52,5%)	0,1%
<b>Total Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>137.463.482</b>	<b>142.905.978</b>	<b>5.442.496</b>		

No decorrer do ano anterior, na sequência do processo de internalização das empresas municipais, a atividade por estas desenvolvida passou a integrar a atividade do Município. Aquela integração ocorreu durante o 1.º semestre de 2014, não abrangendo assim a totalidade daquele exercício, pelo que a comparabilidade com os montantes evidenciados no exercício de 2015 fica prejudicada.

Dos proveitos e ganhos operacionais destacam-se as rubricas de Impostos e Taxas e Transferências e Subsídios Obtidos, que representam, 64% e 33%, respetivamente, destes proveitos.

Neste exercício, o montante dos impostos ascende a 84.792.111 euros, o que representa um aumento de cerca de 6%, relativamente ao período homólogo como consequência, do aumento verificado no IMT e no IMI. Podemos verificar que a CMS procedeu corretamente à especialização de 3.394.304 euros referentes a Impostos e Taxas, relativos a Dezembro de 2015, mas só recebidos em Janeiro de 2016.

A CMS registou, na rubrica de Impostos Indiretos, o montante de 3.933.435 euros, relativo a Publicidade e Ocupação de Espaço Público.



Do montante mencionado, 1.966.127 euros correspondem ao valor debitado pela CMS à Lisboaagás, SA a título de taxa devida pela ocupação/utilização do subsolo municipal.

De entre os valores mais significativos, a CMS regista, na rubrica de Transferências e Subsídios Obtidos, o montante de 15.383.502 euros, referente a diversas participações inerentes à atividade escolar a receber da DRELVT – Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo e do Gabinete de Gestão Financeira e do Ministério da Educação, no âmbito do Contrato de Execução, celebrado no exercício de 2009, entre a CMS e o Ministério da Educação, relativamente à gestão do pessoal não docente das escolas básicas.

O diferencial entre os montantes recebidos e as despesas efetuadas, é registado pelo Município como proveito diferido, até ao final do exercício seguinte. No final do exercício, a CMS registou como proveitos diferidos o montante de 1.262.509 euros, referente aos exercícios de 2015

O montante das transferências do orçamento do Estado, no total de 30.959.773 euros corresponde a 65% do total da rubrica de transferências e subsídios obtidos. Pudemos constatar que, no exercício de 2015, a CMS registou adequadamente os valores daquelas transferências.

Comparativamente com o ano anterior, o montante das transferências do orçamento do Estado apresenta um aumento de 1.234.518 euros, ou seja 4,2%. No essencial esta variação resulta do aumento das transferências de IRS e da diminuição das transferências do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro.

## 2. Custos e Perdas Operacionais

Custos e Perdas Operacionais	31-12-2014	31-12-2015	Varição Valor	%	Estrutura
Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	925.305	1.114.147	188.842	20,4%	0,9%
Subcontratos	1.431.794	727.753	(704.040)	100,0%	0,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	31.547.442	36.091.981	4.544.539	14,4%	29,1%
Custos com o Pessoal	45.566.955	47.552.489	1.985.534	4,4%	38,4%
Amortizações do Exercício	15.646.397	15.676.874	30.476	0,2%	12,7%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	15.747.991	15.625.861	(122.129)	(0,8%)	12,6%
Provisões do Exercício	7.258.692	6.586.714	(671.978)	(9,3%)	5,3%
Outros Custos e Perdas Operacionais	431.636	497.132	65.496	15,2%	0,4%
<b>Total Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>118.556.212</b>	<b>123.872.951</b>			

No decorrer do exercício anterior, na sequência do processo de internalização das empresas municipais, a atividade anteriormente desenvolvida por aquelas empresas passou a integrar a atividade do Município. Uma vez que aquela integração ocorreu durante o 1.º semestre de 2014, não abrangendo assim a totalidade daquele exercício, a comparabilidade com os montantes evidenciados no ano de 2015 fica prejudicada.

As rubricas com maior peso na estrutura de custos operacionais são Custos com o Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos, Amortizações e Transferências e Subsídios Correntes Concedidos, representando, respetivamente, 38,4%, 29,1%, 12,7% e 12,6%, do total dos custos operacionais.

No período em análise, a CMS registou em subcontratos e fornecimentos e serviços externos, encargos com a limpeza pública urbana, no total de 1.990.935 euros.

Registou ainda custos com o tratamento de resíduos debitados, pela Tratolixo, de 10.157.470 euros, verificando-se assim uma diminuição de 0,5% em relação ao período homólogo.





A CMS regista ainda, como custo, a taxa de gestão de resíduos inerentes ao mencionado serviço no total de 221.482 euros.

Os encargos com refeições e transportes escolares, no total do ano, ascenderam a 5.254.379 euro.

Pudemos concluir que, à data de 31 de Dezembro de 2015, a CMS, regra geral, procedeu, adequadamente à especialização dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos.

A rubrica Custos com o pessoal representa 38,4% do total dos custos operacionais e, relativamente ao período homólogo, evidencia um aumento de cerca de 4,3%.

No final do ano, o número de funcionários da CMS ascende a 2.926. A partir de Março de 2014, na sequência do processo de internalização das empresas municipais, procedeu-se à integração de 328 funcionários.

Assim, o aumento dos custos com o pessoal, resulta, no essencial do seguinte:

- Os custos com o pessoal de 2014 incluem apenas os encargos com os funcionários integrados, a partir de Março de 2014, inclusive, enquanto que, no exercício de 2015, abrangem a totalidade do exercício;
- Neste exercício, ainda no âmbito do processo de internalização, sobretudo da Sintra Quorum, foram integrados nos quadros do Município mais 31 funcionários.

No final do exercício anterior, os SMAS apresentaram um resultado líquido negativo de 214.957 euros. Neste exercício, a CMS procedeu a uma transferência financeira do referido montante, tendo como objetivo a cobertura daquele resultado negativo.



Em 2014, a CMS aprovou uma transferência financeira anual, até ao montante máximo de 680.000 euros, a efetuar para os SMAS, a título de gestão e manutenção do sistema público de águas pluviais, no âmbito do protocolo celebrado entre os SMAS e a CMS, relativo à gestão e manutenção do sistema público de drenagem de águas pluviais. Em 2015, procedeu a uma transferência financeira para aquela entidade, relativamente ao exercício de 2014, no total de 602.076 euros, tendo regularizado o diferencial de 77.923 euros.

Ainda no âmbito do referido protocolo, relativamente ao exercício de 2015, a CMS procedeu a uma transferência financeira para os SMAS, no montante de 1.074.558 euros, tendo procedido ao registo do total de 833.151 euros em transferências de capital e de 241.408 euros em transferências correntes.

Tendo por base quer os contratos programa quer os protocolos celebrados com as mais diversas entidades, podemos concluir que, regra geral, a CMS procedeu adequadamente à especialização dos custos com Transferências e Subsídios Correntes.

Tal como já mencionado no presente relatório, no decorrer deste exercício, a CMS reforçou as Provisões para Cobranças Duvidosas, no montante de 903.033 euros e as provisões para processos judiciais em curso no total de 5.683.681 euros.



## RESULTADOS FINANCEIROS

No quadro seguinte são apresentados os custos e proveitos financeiros e, por consequência, os resultados financeiros apurados no período:

Custos Financeiros	31-12-2014	31-12-2015	Estrutura	Proveitos Financeiros	31-12-2014	31-12-2015	Estrutura
Juros Suportados	1.534.215	700.961	54,9%	Juros Obtidos	677.032	645.887	9,8%
Amoriz. Invest. Financeiros	582.511	530.884	41,6%	Rendimento de Imóveis	5.681.533	5.906.742	89,5%
Provisões P/ Part. Financeiras	406.513	0	0,0%	Rendimento Part. Capital	86.857	48.427	0,7%
Outros Custos Financeiros	33.826	45.357	3,6%	Outros Proveitos Financeiros	39.168	564	0,0%
<b>Total</b>	<b>2.557.065</b>	<b>1.277.202</b>		<b>Total</b>	<b>6.484.589</b>	<b>6.601.620</b>	
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>3.927.524</b>	<b>5.324.418</b>					

Os resultados financeiros, no final de 2015, são positivos, no montante de 5.324.418 euros.

No decorrer deste exercício, a CMS suportou encargos financeiros decorrentes de financiamentos bancários no montante de 677.508 euros, tendo procedido adequadamente à sua especialização à data de 31 de Dezembro de 2015.

Em resultado das aplicações financeiras do município, a CMS contabilizou juros obtidos no montante de 645.887 euros, tendo procedido adequadamente à sua especialização à data de 31 de Dezembro de 2015.

Nos termos do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Eléctrica em BT, no decorrer deste exercício, a CMS registou, como rendimentos de propriedade, rendas de concessão, debitadas à EDP Distribuição, referente ao exercício de 2015, no montante de 5.232.163 euros.

No quadro seguinte são apresentados os custos e proveitos extraordinários e, por consequência, os resultados extraordinários apurados no período:

Custos Extraordinários	31-12-2014	31-12-2015	Estrutura	Proveitos Extraordinários	31-12-2014	31-12-2015	Estrutura
Transferências de Capital	1.864.807	2.176.928	71,6%	Ganhos em Existências	692	29.849	0,5%
Dívidas Incobráveis	72.427	7.577	0,2%	Ganhos em Imobilizações	67.616	604.889	9,8%
Perdas em Existências	2.062	1.690	0,1%	Benefícios e Pen. Contratuais	0	0	0,0%
Perdas em Imobilizações	15.758	26.524	0,9%	Reduções de Amortizações	484.640	1.904.661	31,0%
Multas e Penalidades	1.781	1.131	0,0%	Correções Exer. Anteriores	861.913	753.913	12,3%
Correções Exer. Anteriores	1.365.036	827.904	27,2%	Outros Proveitos Extraordinários	3.594.636	2.851.987	46,4%
Outros Custos Extraordinários	36.268	148	0,0%				
<b>Total</b>	<b>3.358.139</b>	<b>3.041.901</b>		<b>Total</b>	<b>5.009.497</b>	<b>6.145.298</b>	
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>1.651.358</b>	<b>3.103.397</b>					

Os resultados extraordinários, no final do exercício de 2015, são positivos, no montante de 3.103.397 euros.

A conta de Transferências de Capital, no final do exercício, representa 71,6% do total dos custos Extraordinários.

Tendo por base quer os contratos programa quer os protocolos celebrados com as mais diversas entidades, pudemos concluir que, regra geral, a CMS procedeu adequadamente à especialização dos custos com as Transferências de Capital.

Neste exercício, a CMS procedeu a anulações de provisões de cobrança duvidosa e de riscos e encargos, inerentes a processos judiciais em curso, no montante de 1.445.584 euros e para cobranças duvidosas, no total de 459.076 euros.

Conforme já referido no presente relatório, neste exercício, a CMS transferiu para proveitos extraordinários subsídios ao investimento no montante de 2.396.191 euros, proporcionais à amortização dos bens financiados.

## RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

## 1. Execução Orçamental da Receita

No quadro seguinte é apresentado o mapa de execução da receita da CMS para os anos de 2014 e 2015.

Mapa Execução da Receita								
Período	Descrição	Dotações Corrigidas	Estrutura	Receitas por cobrar no início do ano	Receita Bruta cobrada	Estrutura	Receitas por cobrar no final do ano	Grau de Execução Orçamental
2015	Capital	3.848.219	2%	388.548	3.423.293	2%	494.753	89%
	Correntes	146.151.781	81%	11.885.891	151.906.285	82%	13.353.541	104%
	Saldo Gerência	30.980.460	17%	0	30.980.460	17%	0	100%
Total		180.980.460	100%	12.274.439	186.310.038	100%	13.848.293	103%
2014	Capital	4.200.866	3%	1.173.752	4.802.509	3%	388.548	114%
	Correntes	141.799.134	89%	12.026.265	142.767.565	88%	11.885.364	101%
	Saldo Gerência	14.000.000	9%	0	14.000.000	9%	0	100%
Total		160.000.000	91%	13.200.017	161.570.074	91%	12.273.912	101%

### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Face ao exercício de 2014, as Dotações Corrigidas de Receitas para o exercício de 2015, evidenciam um aumento de cerca de 13%.

No exercício de 2015, o peso relativo das receitas de capital representam 2% das Dotações Corrigidas, o que compara com 3% em 2014.

No final de 2015, o grau de execução da receita é de 103% o que compara com a execução de 101% verificada em igual período de 2014.

## 2. Execução Orçamental da Despesa

No próximo quadro, é apresentado o mapa de execução da despesa da CMS para os anos de 2014 e 2015.

Mapa Execução da Despesa

Período	Descrição	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Estrutura	Grau de Execução Orçamental
2015	Capital Correntes	57.734.357	32%	48.533.234	44.034.806	30%	76%
		123.246.103	68%	109.691.102	103.428.205	70%	84%
Total		180.980.460	100%	158.224.336	147.463.011	100%	81%
2014	Capital Correntes	30.683.139	19%	20.842.299	17.568.510	14%	57%
		129.316.861	81%	113.888.326	105.342.727	86%	81%
Total		160.000.000	100%	134.730.624	122.911.236	100%	77%

A análise do mapa de execução da despesa apresenta uma taxa de execução superior à do período homólogo em cerca de 5%. O grau de execução das despesas correntes e das despesas de capital, relativamente ao período homólogo, apresentam aumentos de, respetivamente, 2% e 19%.

No final de 2015, o grau de execução da despesa total é de 81% o que compara com os 77% % verificados no exercício 2014.



### 3. Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

No quadro seguinte apresentamos o mapa de execução do PPI da CMS para os anos de 2014 e 2015.

Mapa Execução do PPI						
Período	Descrição	Montantes Previstos		Montante Executado		Nível de Execução Anual
		Ano	Anos Seguintes	Anos Anteriores	Ano	
2015	11 - Serv. Gerais Ad. Pública	4 524 963	16 901 100	6 842 326	1 893 868	41,9%
	12 - Segurança e Ordem Pública	24 500	5 000	103 863	167	0,7%
	21 - Educação	2 203 662	30 933 980	15 332 871	431 457	19,6%
	22 - Saúde	348 225	2 831 000	1 868 393	10 562	3,0%
	23 - Segurança e Acção Social	259 950	1 000	125 681	154 195	59,3%
	24 - Habitação e Serv. Colectivos	4 669 643	10 336 738	11 390 484	1 420 934	30,4%
	25 - Serv. Culturais, Rec. e Relig.	855 245	2 135 700	256 401	72 330	8,5%
	32 - Indústria e Energia	805 078	1 750 000	3 866 630	230 872	28,7%
	33 - Transportes e Comunicações	6 041 389	20 672 700	29 815 020	2 463 898	40,8%
	34 - Comércio e Turismo	530 484	4 433 000	3 657 104	232 903	43,9%
	4 - Outras Funções	1 118 289	6 709 732	0	559 145	50,0%
Total		21.381.427	96.709.950	73.258.775	7.470.331	34,9%
2014	11 - Serv. Gerais Ad. Pública	1 630 357	2 043 990	6 775 746	217 828	13,4%
	12 - Segurança e Ordem Pública	59 805	0	103 863	0	0,0%
	21 - Educação	2 561 275	27 931 350	14 111 643	1 474 522	57,6%
	22 - Saúde	396 670	200 000	1 731 964	5 143	1,3%
	23 - Segurança e Acção Social	293 210	90 000	37 586	91 739	31,3%
	24 - Habitação e Serv. Colectivos	4 860 534	17 939 073	12 165 524	635 017	13,1%
	25 - Serv. Culturais, Rec. e Relig.	365 980	272 000	262 409	10 899	3,0%
	32 - Indústria e Energia	832 310	1 500 000	3 496 867	369 763	44,4%
	33 - Transportes e Comunicações	5 183 182	11 126 988	29 803 750	830 808	16,0%
	34 - Comércio e Turismo	1 464 280	500 000	2 645 810	1 011 294	69,1%
Total		17.647.603	61.603.400	71.135.163	4.647.014	26,3%

Comparativamente ao exercício anterior, o montante de investimentos previstos para o ano em curso evidencia um aumento de cerca de 21%.

O nível de execução, do ano de 2015, ascende a 34,9% o que representa um aumento de cerca de 8,6% relativamente ao verificado em 2014.



### 3.2. NOTA FINAL

#### CONCLUSÃO GLOBAL

Face ao exposto, atendendo ao referido na Certificação Legal das Contas, somos de opinião que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, os Mapas de Execução Orçamental e os correspondentes Anexos da Câmara Municipal de Sintra, referentes ao exercício de 2015, merecem aprovação.

Agradecemos toda a colaboração prestada pelo Executivo Camarário e serviços do Município e estamos ao vosso dispor para esclarecer qualquer eventual dúvida.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Lisboa, 6 de abril de 2016

Amável Alberto Freixo Calhau